



**ACÓRDÃO Nº210/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11633/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** Eliaquim Brito de Oliveira (Ordenador de Despesa), Leondino Coelho de Menezes (Ordenador de Despesa), Geraldo Alexandre Freire Valente (Ordenador de Despesa)
- 4- **Advogado:** Não Possui.
- 5- **Órgão:** Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC
- 6- **Exercício:** 2015
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 521/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC. Exercício de 2015.

*Irregularidade. Multa. Revelia. Alcance.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da CAESC, exercício de 2015, do **Sr. Eliaquim Brito de Oliveira** na condição de Diretor-Geral e ordenador da despesa no período de 06.01 a 19.03.2015; do **Sr. Leondino Coelho de Menezes**, na condição de Diretor-Geral e ordenador da despesa no período de 20.03 a 16.04.2015; e do **Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente**, na condição de Diretor-Presidente e ordenador da despesa no período de 17.04 a 31.12.2015, nos termos do art. 71, II, da CF/88, art. 40, II, da CE/89, art. 1º, II, 2º, 4º, 5º, I e 22, III, "b" e "c", da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 11, III, "a" e art. 188, §1º, "b" e "c", do Regimento Interno do TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Eliaquim Brito de Oliveira** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao



**ACÓRDÃO Nº210/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Exercício do Controle Externo - FAECE, , nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, VI, do Regimento Interno do TCE/AM, conforme nova redação dada pela Resolução nº 04 de 9/10/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Leondino Coelho de Menezes no valor de R\$ 13.654,39,** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos) que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, VI, do Regimento Interno do TCE/AM, conforme nova redação dada pela Resolução nº 04 de 9/10/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Geraldo Alexandre Freire Valente no valor de R\$ 13.654,39,** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 1º, XXVI, 52 e 54, II, da Lei Orgânica do TCE/AM c/c art. 308, VI, do Regimento Interno do TCE/AM, conforme nova redação dada pela Resolução nº 04 de 9/10/2018, por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



**ACÓRDÃO Nº210/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.5. Considerar revel o Sr. Leondino Coelho de Menezes**, Diretor e Ordenador das Despesas da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, exercício de 2015, nos termos do art. 20, § 3º, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 88 da Resolução nº 04/2002;
- 10.6. Considerar em Alcance o Sr. Leondino Coelho de Menezes** no valor de **R\$ 46.502,00** (quarenta e seis mil e quinhentos e dois reais), que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Coari por materiais adquiridos sem o atesto na Nota Fiscal e sem comprovação de entrada no ente.
- 10.7. Determinar** à Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari:
- 10.7.1. Providencie o devido recolhimento previdenciário do exercício de 2015;
  - 10.7.2. Realize o concurso público do CAESC para os cargos que estão sendo ocupados por prestadores de serviços;
  - 10.7.3. Implemente o Controle Interno no órgão.
- 10.8. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após o prazo fixado, em caso de não recolhimento do valor das penas pecuniárias impostas, proceda à instauração da cobrança executiva, nos termos do art. 173, do Regimento Interno do TCE/AM.

**11- Ata:** 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Março de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

Publicado no Diário Eletrônico do  
TCE/AM,

Edição Nº \_\_\_\_\_

De \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_



TRIBUNAL DE CONTAS  
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº \_\_\_\_\_

Fls. Nº \_\_\_\_\_

Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 4

**ACÓRDÃO Nº210/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JULIO ASSIS CORREA PINHEIRO.  
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spede> e informe o código: CE689F23-5D97BA1E-AC5E218B-FCA995FC